



cadernos
ciespi

Compromisso com as
infâncias do mundo.

10

Subsídios para o aprimoramento do serviço de acolhimento institucional no Brasil

Recomendações para o Comitê dos Direitos da Criança (ONU)
sobre os "Direitos das crianças e cuidados alternativos"

Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto (coordenação),
Juliana Batistuta Vale, Isa Maria F. da Rosa Guará,
Dayse Cesar Franco Bernardi e Manoel Torquato

**Pesquisa &
Políticas Públicas**

 **ciespi** 
centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância

em convênio com

PUC
RIO

Subsídios para o aprimoramento do serviço de acolhimento institucional no Brasil. Recomendações para o Comitê dos Direitos da Criança (ONU) sobre os "Direitos das crianças e cuidados alternativos". Irene Rizzini; Renata Mena Brasil do Couto (coord); Juliana Batistuta Vale; Isa Maria F. da Rosa Guará; Dayse Cesar Franco Bernardi; Manoel Torquato – 1a. ed. – Rio de Janeiro: CIESPI, 2021.

20p. il. 20cm.

ISBN: 978-65-87410-08-1

1. Crianças e adolescentes. 2. Direitos 3. Cuidados alternativos. 4. Acolhimento institucional. I. Rizzini, Irene. II. Couto, Renata Mena Brasil do. III. Vale, Juliana Batistuta. IV. Guará, Isa Maria F. da Rosa. V. Bernardi, Dayse Cesar Franco. VI. Torquato, Manoel. VII. Título.

CDD: 300

**Subsídios para o aprimoramento do serviço de acolhimento institucional no Brasil
Recomendações para o Comitê dos Direitos da Criança (ONU) sobre os “Direitos das
crianças e cuidados alternativos”**

Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto (coordenação)
Juliana Batistuta Vale, Isa Maria F. da Rosa Guará, Dayse Cesar Franco Bernardi e Manoel Torquato

1ª edição (novembro 2021) – Rio de Janeiro – RJ
CIESPI

Sumário

1 – Introdução.....	6
2 – Recomendações.....	8
2.1 – O que precisa ser considerado na prevenção e eliminação da institucionalização de crianças?.....	8
2.2 – Quais são as características dos cuidados alternativos de alta qualidade?.....	9
2.3 – Que medidas podem ser tomadas para garantir que haja uma força de trabalho multissetorial bem treinada, apoiada e supervisionada em seu contexto ou área de trabalho? O que os torna eficazes?.....	11
2.4 – Com base nas experiências do contexto em que você trabalha, que tipo de suporte, orientação e processos seriam úteis no futuro?.....	13
2.5 - De que apoio precisam os que abandonam os cuidados? O que os formuladores de políticas precisam entender sobre aqueles que abandonam assistência?.....	14
2.6 - O que precisa ser feito para lidar com o impacto contínuo da pandemia nos cuidados infantis, incluindo crianças em cuidados alternativos, bem como para se preparar para potenciais futuras crises de saúde pública, bem como para crises sociais e ambientais?.....	15
3 – Considerações finais.....	17
4 – Referências bibliográficas.....	19
Notas.....	20

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



Esta publicação faz parte do projeto “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”, sob a coordenação da professora Irene Rizzini, com apoio da FAPERJ (CNE, 2017-2020. Ref. nº E-26/202.812/2017). Esta iniciativa é possível graças ao suporte da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da FAPERJ. Texto elaborado por Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto (coordenação) e Juliana Batistuta Vale, Isa Maria F. da Rosa Guará, Dayse Cesar Franco Bernardi e Manoel Torquato. Editores: Irene Rizzini, Maria Cristina Bó e Malcolm Bush. Design: Carolina Terra (CIESPI/PUC-Rio) e Agência Comunicar/PUC-Rio.

1- Introdução

Nos dias 16 e 17 de setembro de 2021, o Comitê dos Direitos da Criança - CDC, da Organização das Nações Unidas – ONU, promoveu o Dia de Discussão Geral sobre os “Direitos da Criança em Cuidados Alternativos”. Em preparação para esse encontro, representantes de governos, organizações não governamentais, mecanismos de direitos humanos, órgãos e agências especializadas das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, setor empresarial, bem como especialistas e crianças foram convidados a refletir sobre o tema e enviar suas contribuições para o debate.

A equipe do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/PUC-Rio, formada por Renata Mena Brasil do Couto e Juliana Batistuta Vale, sob a coordenação de Irene Rizzini, se uniu a Manoel Torquato (Associação Beneficente Pequeno Nazareno – OPN), Isa Maria F. da Rosa Guará e Dayse Cesar Franco Bernardi (Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente – NECA) para elaborar subsídios para a aprimoramento do Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) com base em sua longa trajetória de pesquisa-ação sobre o tema e em quatro estudos recentemente publicados. São eles:

1 – Intitulado “Conhecer para cuidar” (CPC), o projeto foi coordenado por Manoel Torquato (Associação Beneficente O Pequeno Nazareno,

Fortaleza/CE) e incluiu uma pesquisa nacional coordenada por Irene Rizzini (CIESPI/PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ). Foram analisados dados quantitativos e qualitativos sobre 554 crianças e adolescentes (7-18 anos) em situação de rua e em acolhimento institucional, como medida protetiva à situação de rua. O projeto reuniu, ainda, em um grupo de trabalho, organizações especializadas no acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de rua, com o objetivo de formular um guia metodológico e de boas práticas para subsidiar as equipes de trabalho nas unidades de acolhimento institucional que atendem a essa população.

2 - A pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento” foi coordenada pela professora Irene Rizzini (apoio: FAPERJ. CNE, 2017-2020. Ref. nº E-26/202.812/2017) e teve como objetivo compreender o atual cenário do acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Brasil. O projeto incluiu: a) um amplo levantamento da produção acadêmica sobre o tema, incluindo artigos, dissertações e teses publicados entre 2000 e 2019 no país; b) uma pesquisa de campo, na qual foram consultados 15 profissionais e 13 crianças e adolescentes vinculados a unidades de acolhimento institucional localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

3 - O “Levantamento nacional dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de Covid-19” (LEV NAC COVID)

buscou mapear as demandas e as ações de serviços de Acolhimento Institucional e Familiar durante maio e julho de 2020, durante a pandemia causada pelo Coronavírus. Ele é fruto de um esforço realizado pela Associação de Pesquisadores e Formadores da área da Criança e do Adolescente (NECA) em parceria com o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar Comunitária (MNPCFC) e a Federação Internacional das Comunidades Educativas do Brasil (FICE Brasil), sob coordenação de Dayse Cesar Franco Bernardi. Responderam à pesquisa, 1.327 serviços de acolhimento de 804 municípios brasileiros, onde encontravam-se acolhidas 14.060 crianças, adolescentes e jovens. A pesquisa indicou as ações de prevenção e de cuidados adotadas, os desafios vividos no período e as respostas oferecidas pelos educadores sociais, equipes técnicas e acolhidos.

4 - O Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC) realizou uma pesquisa qualitativa com jovens egressos (care leavers) dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. A pesquisa teve por objetivo conhecer a perspectiva dos usuários sobre pontos positivos e negativos de suas vivências em relação às três grandes dimensões: (1) apoio à família e prevenção do afastamento familiar; (2) reordenamento dos serviços de acolhimento; e (3) adoção centrada no superior interesse da criança e do adolescente. Participaram do estudo 27 jovens egressos de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, representantes das diferentes macrorregiões brasileiras. Eles foram

ouvidos durante os meses de agosto e setembro de 2020, por meio de entrevistas virtuais em grupo e individuais.

Destacamos que o serviço de acolhimento é responsável pelo cuidado e pela proteção das crianças e dos adolescentes afastados temporariamente de suas famílias e/ou comunidades de origem. O Brasil conta com duas modalidades principais de acolhimento para crianças e adolescentes: institucional e familiar, previstas e definidas em leis nacionais com base na

punham do serviço, que atendia, à época da realização da pesquisa, 29.998 crianças e adolescentes em unidades de acolhimento institucional e 1.531 em famílias acolhedoras. Para os jovens egressos dos serviços de acolhimento, com idades entre 18 e 21 anos, estão previstos serviços especializados de moradia em unidades masculinas e femininas, as chamadas Repúblicas. Todavia, de acordo com o referido Censo, existiam apenas 34 unidades no país, um número insuficiente para atender a demanda existente.

2 – Recomendações

Nesta sessão, apresentamos os subsídios acerca do Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) enviados ao Dia de Discussão Geral sobre os “Direitos da Criança em Cuidados Alternativos”, promovido pelo Comitê dos Direitos da

Criança (CDC), da Organização das Nações Unidas – ONU, nos dias 16 e 17 de setembro de 2021.

O texto foi organizado a partir das perguntas temáticas propostas pelo CDC, buscando relacionar as recomendações construídas aos dados coletados nas pesquisas anteriormente citadas e às falas das crianças e dos adolescentes consultados. Em cada temática, apresentaremos primeiramente as recomendações e, em seguida, dados advindos das referidas pesquisas¹.

2.1 - O que precisa ser considerado na prevenção e eliminação da institucionalização de crianças?

- **Ampliar os investimentos centrados na família, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade, e a cobertura integral das políticas sociais**, priorizando o acesso à habitação, à alimentação, à saúde, à educação e ao trabalho, prevendo inclusive sua inclusão em programas de transferência de renda. Dados: a pandemia indicou ser possível trabalhar de forma mais ágil o retorno dos acolhidos para suas famílias de origem, visto que 57,1% dos serviços viabilizaram o retorno de crianças e adolescentes entre maio e julho de 2020 (3)². Dados: o principal motivo para as crianças em situação de rua não estarem em casa é a busca por sobrevivência (28% das 283 crianças e adolescentes consultados nas ruas). No contexto do acolhimento institucional, 9% das crianças e dos adolescentes entrevistados mencionaram estar institucionalizados porque seus pais não tinham

condições de cuidar deles: “porque a família foi despejada por falta de condições de pagar o aluguel e ficaram sem casa” e “porque estávamos sem casa” (1).

- **Ofertar serviços de apoio psicossocial às famílias**, quando necessário. Identificar as causas dos conflitos familiares e fazer um acompanhamento das famílias. Esses conflitos podem ser precocemente identificados na relação das crianças com as escolas e demais serviços de assistência e saúde, exigindo maior articulação da rede de proteção social para atuação preventiva. Dados: o terceiro principal motivo para as crianças e adolescentes em situação de rua não estarem em casa são os conflitos familiares (20% das 283 crianças e adolescentes consultados nas ruas). No contexto do acolhimento institucional, 44% dos 271 entrevistados mencionaram os “conflitos familiares” como principal motivo para não estarem em casa. Esses casos foram ilustrados em falas como: “*porque meus pais não gostam de mim e brigamos muito*” e “*porque eu me sentia mais seguro na ‘boca de fumo’ do que dentro da minha própria casa, com a minha mãe drogada me batendo toda hora*” (1).

- **Fortalecer políticas e programas no campo da educação, adequando a oferta ao perfil dos adolescentes acolhidos**, por vezes marcados pela baixa escolaridade, discriminação e dificuldade de readaptação institucional; **assim como às necessidades dos**

pais e/ou responsáveis trabalhadores.

Dados: nas ruas, 42% dos 283 participantes afirmaram não estar frequentando à escola no momento da pesquisa. No acolhimento, 30% dos 271 entrevistados disseram o mesmo (1). Dados: pesquisas apontam que medidas como a ampliação do número de creches e de instituições de ensino em tempo integral, por exemplo, poderiam contribuir para a redução do número de crianças abrigadas, assim como para seu retorno as suas famílias e/ou comunidades de origem. Igualmente importantes são os espaços complementares à escola, como o Serviço de Fortalecimento de Vínculos, parte da política nacional de assistência social (2).

- **Ampliar a oferta de serviços de assistência e espaços de cultura, esporte e lazer** para que crianças e adolescentes possam criar e fortalecer relações comunitárias que contribuam para sua proteção e para diminuir o impacto da violência urbana estrutural.

- **Definir critérios objetivos para justificar os motivos de acolhimento, realizando estudos de caso prévios** que indiquem a real pertinência do acolhimento e embasem decisões judiciais. Dados: 39,5% dos acolhimentos foram motivados por negligência sem que haja indicação dos critérios utilizados e estudo de caso prévio que demonstre a pertinência da medida (3).

2.2 - Quais são as características dos cuidados alternativos de alta qualidade?

- **Articular apoios complementares ao serviço de acolhimento junto à rede de proteção**, que ofereçam suporte econômico e emocional aos acolhidos e suas famílias, na perspectiva de retorno seguro à convivência familiar. Dados: os jovens foram bastante críticos em relação ao acompanhamento feito pela rede de proteção às famílias durante o período em que estiveram acolhidos. Muitos denunciaram a ausência desse suporte e suas consequências. Também foram salientadas as vantagens de quando o acompanhamento sociofamiliar foi realizado de forma consistente e com qualidade (4). Relato: *"A diferença que a [nome da instituição] tem é essa. O suporte que o agente visitador dá para as famílias é às vezes pra ir no posto de saúde, pra arrumar um emprego, pra ajudar com escola, mesmo das crianças que já saíram"* (Dorado, Minas Gerais, 19 anos) (4).

- **Ampliar a articulação dos serviços no território** que conjugam esforços e potencializam as ações, fortalecendo a relação das crianças com a própria comunidade. Dados: durante o acolhimento, os jovens relataram poucos vínculos e relações estabelecidos fora dos abrigos e das casas lares. Alguns jovens afirmaram que se sentiam presos durante o acolhimento e revelaram o desejo que tinham de serem vistos e fazer parte de outros contextos (4). Relato: *"Eu participei de uma campanha (...) de um*

time que tem lá no Recife em parceria com a Vara de Infância, fizeram lá uma parceria de levar os abrigados pro campo, fui um dos selecionados e participei da campanha, foi muito importante, e aí a gente teve visibilidade” (Lynx, Pernambuco, 22 anos) (4).

- **Desenvolver metodologias especializadas para o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua**, com programas de apoio intermediário entre o serviço de acolhimento, a rua e o ambiente familiar e comunitário. Dados: para grande parte dos jovens egressos entrevistados a entrada nos serviços de acolhimento se deu de forma abrupta e sem que eles estivessem cientes das razões do afastamento (4).

- **Ofertar programas de apoio afetivo, educacional e financeiro** (Apadrinhamento e Tutorias Comunitárias) para crianças e adolescentes acolhidos com remotas chances de reintegração familiar e adoção. Dados: o Apadrinhamento Afetivo foi uma das alternativas familiares para diminuir o número de acolhidos durante a pandemia e foi utilizada em 6% casos (3).

- **Estimular o desenvolvimento da autonomia de crianças e adolescentes** no contexto institucional, de acordo com sua idade, garantindo a escuta e a participação dos mesmos na tomada de decisão sobre seus processos e planos de futuro.

Dados: um aspecto primordial na qualidade do cuidado se refere à possibilidade de escuta e participação ativa dos acolhidos. Os jovens afirmaram que suas opiniões não foram consideradas e que não foram protagonistas na tomada de decisões sobre suas próprias vidas, seus direitos, seus processos e encaminhamentos indicados (4). Relato: *“...a questão da participação que é bem importante o jovem participar das suas escolhas, essa seria uma melhoria boa e essa questão de trabalhar as possibilidades que o jovem tem né (...) Pra ter uma opção de escolha e de estudo também né, conversar com o jovem pra saber os sonhos dele”* (Cetus, São Paulo, 21 anos) (4).

- **Construir estratégias voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades diversas dos acolhidos, ampliando suas chances de inserção social e produtiva com maior grau de autonomia**, especialmente daqueles maiores de 14 anos e cujas possibilidades de retorno à família de origem foram esgotadas e que têm reduzidas chances de recolocação em família substituta. Dados: ao perguntarmos aos 271 acolhidos participantes da pesquisa o que poderia trazer melhorias para suas vidas, a maioria mencionou mais oportunidades de trabalho (98) e oportunidades de estudo (60). Dentre as oportunidades de trabalho, identificamos uma maioria de respostas genéricas, como: “arrumar um trabalho para poder ajudar a família” e “ter um trabalho e se manter”. No entanto, também encontramos interesses

específicos, como: “se alistar no exército” e “ser juíza, modelo ou professora de dança”. Dentre as oportunidades de estudo mencionadas, encontramos: “voltar à escola” e “terminar os estudos” (1).

- **Promover a inclusão e a participação das famílias em todo o processo de cuidado institucional**, flexibilizando horários, oferecendo meios de acesso ao serviço e evitando cerceamentos e vigilância excessivos, estimulando o envolvimento dos familiares nas atividades escolares, atendimentos médicos e visitas regulares. Dados: ainda que 42% dos acolhidos tenham afirmado manter um relacionamento bom ou muito bom com seus pais, 33% afirmaram não manter nenhum tipo de relacionamento. Além disso, 73% informaram que seus familiares nunca participaram de nenhuma atividade na instituição (1). Relato: “... eu me sentia muito só dentro do abrigo, uma visita faz muita falta, faz muita diferença e eu me sentia só. Eu via aquilo lá acontecendo e eu não tinha ninguém pra poder conversar pra falar o que estava passando, então era muito difícil” (Lynx, Pernambuco, 20 anos) (4)

- **Permitir que os acolhidos visitem sistematicamente suas famílias, além de promover encontros individuais e em grupo** para conversar sobre o retorno familiar, os motivos que levaram à situação de rua e como estas questões podem ser evitadas. Dados: ao perguntarmos aos acolhidos o que

poderia trazer melhorias para suas vidas, 14% mencionaram o desejo de voltar para casa onde moravam antes do acolhimento e 12% citaram o desejo de ter uma casa. Essa segunda categoria também pode estar ligada ao desejo de reencontro com a família de origem, já que parte dos participantes verbalizaram o desejo de ter uma casa para morar com um familiar, como em “ter uma casa para estar com as irmãs e o pai”; “uma casa nova para ficar junto com a mãe”; e “ficar rico e comprar uma casa pra minha mãe” (1).

2.3 - Que medidas podem ser tomadas para garantir que haja uma força de trabalho multissetorial bem treinada, apoiada e supervisionada em seu contexto ou área de trabalho? O que os torna eficazes?

- **Oferecer treinamento sistemático e continuado para a equipe de acolhimento institucional**, considerando a ampliação e atualização dos conceitos de família e de proteção e revisitando a concepção de negligência, prevenindo estigmatizações e visando a construção de alternativas de cuidado e apoio às famílias. Dados: o segundo principal motivo para as crianças e os adolescentes acolhidos não estarem em casa é a “negligência” (27% das 271 crianças e adolescentes consultadas no acolhimento) (1). Dados: no acolhimento, 57% dos 271 participantes consultados afirmaram que nenhum profissional do acolhimento visitou seus familiares (1). Relato: “... se tivesse sido procurado logo no começo que eu fui abrigado entende? Poderia ser di-

ferente, poderia ser que meu pai corresse atrás e que quisesse ficar comigo, poderia ser que iria ser um cenário diferente, mas demorou muito pra isso acontecer” (Lynx, Pernambuco, 20 anos) (4).

- **Redefinir atribuições e exigências de formação para os educadores sociais** para que executem ações de cuidado, proteção, educação e apoio emocional às crianças e adolescentes acolhidos com maior segurança. Dados: no tempo em que estiveram acolhidos, os jovens estabeleceram vínculos e afetos com diversos membros das equipes dos serviços, que continuam sendo fontes cruciais de apoio. Mas, em alguns casos, o despreparo desses profissionais, a excessiva demanda de trabalho e a falta de motivação interferiram negativamente no cuidado destes com os acolhidos (4).

- **Desenvolver competências e habilidades para o trato com a realidade heterogênea de crianças e adolescentes acolhidos**, considerando inclusive abordagens especializadas para aqueles com comportamentos disruptivos, adolescentes usuários de drogas e adolescentes ameaçados de morte. Dados: no acolhimento, 74% dos 271 participantes consultados afirmaram já ter feito uso de álcool, cigarro e/ou outras drogas e 42% disseram ainda usar (1).

- **Construir e efetivar projetos educativos comuns de trabalho de longo prazo, fortalecendo** uma cultura baseada no interesse real de crianças e adolescentes.

- **Oferecer suporte técnico e apoio psicológico**, garantindo espaços de escuta para a equipe profissional. Dados: em uma das respostas coletadas, o entrevistado sente falta de capacitações mais regulares e também de mais suporte psicológico e emocional. O sofrimento psicológico faz parte do cotidiano de trabalho de muitos daqueles que atuam nessas instituições. Por isso, a importância das ações de atenção à saúde mental é um dos pontos destacados na literatura que versa sobre o tema (2).

- **Fortalecer planos de atendimentos individuais**, nos quais definem-se as intervenções a serem desenvolvidas para o acompanhamento de cada criança e/ou adolescente, articulando o serviço de acolhimento com os demais órgãos e serviços que estejam acompanhando a criança ou o adolescente e sua família.

2.4 - Com base nas experiências do contexto em que você trabalha, que tipo de suporte, orientação e processos seriam úteis no futuro?

- **Criar ou fortalecer as diferentes formas alternativas de cuidado familiar, com programas de guarda subsidiada.** Nos casos em que não existe vinculação com o pai, a mãe ou com

algum outro responsável, ou nos casos em que essas relações estejam fragilizadas, recomenda-se a busca pela família extensa ou por outras referências afetivas, pessoas que possam se responsabilizar pela guarda da criança ou contribuir para o cuidado e para o fortalecimento de sua autonomia e independência. Assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios devem fazer parte da proteção do Estado às crianças, adolescentes e suas famílias, assim como a capacitação e o acompanhamento das famílias extensas ou ampliadas. Dados: perguntamos para 13 crianças e adolescentes usuários do serviço de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro porque tinham saído ou sido afastados de casa. Em 4 respostas, o falecimento da mãe parece ter iniciado a ruptura dos laços familiares, seja porque ela era a única responsável pelo acolhido, seja porque a família não teve condições de assumir os cuidados da criança (2).

- **Fortalecer e ampliar o serviço de acolhimento em família acolhedora**, dispondo de equipes que organizem o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas.

- **Fortalecer e divulgar programas de apadrinhamento**: afetivo, com visitas e passeios regulares voltados para o fortalecimento do convívio comunitário; provedor, que oferece suporte material e financeiro às crianças e adolescentes; e/ou prestador de

serviços, que oferece serviços para o atendimento das crianças e adolescentes acolhidos. Relato: *“Eu tinha 17 anos quando eu conheci minha madrinha né, do apadrinhamento afetivo, eu a conheci no momento assim, sabe quando você quer desistir da vida e desiste mesmo de tudo na vida? (...) ela foi a luz no fim do túnel, foi minha âncora”* (Rosa, Distrito Federal, 24 anos) (4). Relato: *“... o abrigo onde eu morava, não reparava na gente que morava lá (...) as conquistas que eu tive, tenho que agradecer pra minha madrinha, que consegui pelo apadrinhamento afetivo, que esteve ao meu lado sempre e continua comigo”* (Rosa, Distrito Federal, 24 anos) (4).

- Para novas emergências sanitárias ou sociais, os serviços de acolhimento deverão **manter alguma reserva de espaço para eventuais casos de quarentena**, quando da suspeita de infecção e/ou de novos acolhimentos. Dados: é preciso considerar que os serviços de acolhimento revelaram dificuldades para realizar o isolamento de crianças e adolescentes acolhidos. Apenas 28,5% dos respondentes realizaram a separação de espaço para suspeitos e acometidos na reorganização do abrigo durante a pandemia (3).

2.5 - De que apoio precisam os que abandonam os cuidados? O que os formuladores de políticas precisam entender sobre aqueles que abandonam a assistência?

- **Fortalecer a autonomia e o protagonismo dos acolhidos de forma gradativa**, durante toda sua permanência no serviço de acolhimento, começando pelas tarefas cotidianas, como a organização de pertences pessoais, a arrumação do quarto e da casa e a administração de recursos financeiros. Relato: *“Assim, não foi trabalhado quase nada em relação a saída. Muita coisa eu tive que aprender na marra e também no medo né, de eu vou fazer 18 anos como é que eu vou me virar lá fora, né?”* (Taurus, São Paulo, 20 anos) (4). Relato: *“... tem que melhorar na questão do ensinamento né, porque a vida aqui fora não é fácil (...) pegar uma vez por semana que seja pra ensinar fazer um arroz, ensinar fazer feijão, ensinar fazer comida, né? Ensinar tipo a lavar roupa, né? Tudo isso daí seria importante se a gente aprendesse dentro do acolhimento, porque eu saí e sofri bastante com isso”* (Orion, Paraná, 20 anos) (4). Relato: *“... eu vim saber que eu podia ter ajuda do Cadastro Único, essas coisas, auxílio aluguel, tudo que quando você sai do abrigo você tem um direito de ter, só quando eu já tinha saído. Tipo eu não tive esse direito, eu nem sabia que eu tinha direito disso”* (Rosa, Distrito Federal, 24 anos) (4).

- **Ofertar aos adolescentes acolhidos alternativas de educação e profissiona-**

lização compatíveis com suas necessidades e possibilidades, fortalecendo a construção de uma vida autônoma fora da instituição. Dados: ao perguntarmos aos 271 acolhidos participantes da pesquisa o que poderia trazer melhorias para suas vidas, a maioria mencionou mais oportunidades de trabalho (98) e oportunidades de estudo (60) (1).

- **Desenvolver mecanismos padrões de acompanhamento e avaliação dos egressos.** Relato: *“Até hoje, desde o começo, que eu saí do [nome da instituição] já faz uns oito anos, e até hoje eles ligam pra mim, vêm na minha casa, vê como é que eu tô, vê como tá o vínculo com o familiar ali dentro da casa. (...) Então a preocupação deles não é só se eu estou com a minha família, se eu tenho um teto ou se eu tenho alimento, a preocupação deles é comigo no momento e com o meu futuro daqui pra frente”* (Lepus, Ceará, 20 anos) (4).

- **Implementar serviços que apoiem os jovens na transição entre o acolhimento e a vida autônoma fora da instituição**, inclusive com alternativas de moradia especializadas (Repúblicas) e seu cadastramento em programas habitacionais, aluguel social, transferência de renda e benefício eventual. Dados: as Repúblicas foram citadas por três jovens como modalidade de acolhimento que favoreceu a conquista gradual da autonomia, porém, grande parte dos entrevistados não teve oportunidade de morar em uma Repúbli-

ca, muitos sequer sabiam que elas existiam. Os que tiveram a chance de passar por elas defendem o aumento do número de Repúblicas, mas indicam que as regras nesses serviços devem ser mais flexíveis, com maior acompanhamento por parte de equipes técnicas (4). Relato: “... vários amigos falaram que gostariam de passar pela República, só que não tinha República suficiente pra todo mundo né (...) algumas Repúblicas fecharam, isso incluindo de meninos e de meninas, então tipo é uma coisa muito pouca pra tantos jovens de abrigo” (Taurus, São Paulo, 20 anos) (4).

2.6 - O que precisa ser feito para lidar com o impacto contínuo da pandemia nos cuidados infantis, incluindo crianças em cuidados alternativos, bem como para se preparar para potenciais futuras crises de saúde pública, bem como para crises sociais e ambientais?

- Divulgar as Recomendações e Resoluções Conjuntas publicadas por órgãos oficiais com orientações relativas as medidas emergenciais e aos Planos de Contingência a serem adotados pelos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes de qualquer natureza. Dados: entre os 1.327 respondentes, 268 serviços de acolhimento (20,2%) indicaram ter ocorrido casos confirmados de Covid-19 no período de maio a julho de 2020 (3).

- Garantir a estrutura necessária para o distanciamento social recomendado para a prevenção da disseminação da doença nas unidades de acolhimento institucional.

Dados: durante o período da pesquisa, ocorreram simultaneamente casos de suspeita, contaminação, recuperação e morte dos acometidos pela Covid-19 entre acolhidos e acolhedores. Entre os 782 suspeitos de contágio, 58% (456) se mantiveram em isolamento social, sendo 91% nos serviços de acolhimento e 9% fora dos serviços, inclusive junto as suas famílias (3).

- Capacitar os profissionais e garantir equipamentos de proteção individual

para que eles possam lidar com os casos de contaminação entre os acolhidos de forma segura. Dados: entre os contagiados, houve o predomínio de adultos trabalhadores dos serviços de acolhimento: 741 (69%) contraíram a doença e precisaram de tratamento médico-hospitalar. Isso evidencia que os serviços de acolhimento funcionaram como linha de frente da assistência social de alta complexidade. Muitos destes funcionários dedicaram-se ao cuidado dos acolhidos com casos suspeitos e confirmados da doença (3).

- Elaborar recomendações e protocolos específicos para o retorno aos contatos presenciais com familiares e outras instâncias de convivência comunitária, como escolas e lugares públicos.

- Oferecer apoio psicossocial aos profissionais das instituições de acolhimento, uma vez que a prevenção ao contágio pela Covid-19 gera altos custos emocionais para a equipe.

- Consultar os profissionais e disponibilizar os recursos necessários para a realização do atendimento em contexto de pandemia. Dados: os apoios necessários apontados pelos profissionais consultados no momento da pandemia foram: equipamentos e tecnologia para comunicação à distância: acesso à rede de wifi, computadores e celular (11,6%); fornecimento de material pedagógico e lúdico para desenvolver atividades (11,4%); acompanhamento, apoio e orientações do órgão gestor (10,8%); acesso direto e imediato a profissionais da Saúde (10,5%); garantia de recursos humanos e materiais (equipamentos para a melhoria do serviço) (9,3%); atuação articulada da rede territorial (9,0%); conhecer as orientações oficiais relativas ao serviço durante a pandemia (8,7%); e verba suplementar para gastos emergenciais (8,3%) (3).

3 – Considerações Finais

Responsáveis por proteger e cuidar das crianças e dos adolescentes afastados temporariamente de suas famílias e/ou comunidades de origem, os serviços de acolhimento foram considerados essenciais durante a pandemia provocada pela Covid-19. Eles precisaram assegurar a continuidade do atendimento oferecido, lidar com as especificidades do distanciamento social e administrar os impactos da pandemia.

Todavia, esse serviço, assim como diversas outras políticas públicas, vem sofrendo com a falta de financiamento e a precarização de suas estruturas. Não é só o agravamento da crise econômica, derivado da pandemia de Covid-19, o responsável por isso. Se, por um lado, o teto de gastos aprovado em 2016, na administração de Michel Temer, inviabilizou a ampliação do orçamento da saúde e da assistência social, fundamental para o bem-estar, senão para a sobrevivência da população brasileira; por outro lado, o atual governo de Jair Bolsonaro adotou como estratégia de ação o desmonte de políticas públicas e da participação social calcadas em princípios democráticos. Ao invés de investir em programas e ações visando conter a pobreza e a miséria, na sua pauta prioritária estão a compra de armas, o voto impresso e o fechamento do Superior Tribunal Federal – STF.

A limitação dos gastos públicos, a ausência de estímulos fiscais para garantir a renda das famí-

lias e a saúde financeira das empresas e a redução das políticas de transferência de renda desestimulam a economia e aprofundam as desigualdades sociais. Embora assentada em bases estruturais que só transformações sociais profundas poderão resolver, são e ainda serão necessários investimentos e políticas públicas robustas para mitigar os efeitos da pobreza, que já afeta mais de um quarto da população brasileira³. E, ainda que a falta de recursos materiais tenha perdido força como justificativa para institucionalizar crianças e adolescentes (ECA, 1990), a família pobre segue sendo culpabilizada e punida pelas dificuldades que encontra no cuidado de seus filhos.

Além dos cortes orçamentários e do sucateamento do Sistema de Garantia de Direitos, é importante lembrar que as unidades de acolhimento já vinham enfrentando diversos desafios mesmo antes da pandemia de Covid-19 ser declarada pela Organização Mundial de Saúde, em março de 2020. As dificuldades de integração com a rede de proteção; os baixos salários e a alta rotatividade dos profissionais; os desafios para a realização de um atendimento individualizado e para o cumprimento do direito à convivência familiar e comunitária; e a falta de investimento no trabalho com as famílias são exemplos de problemas que já vinham sendo amplamente evidenciados.

Com esta publicação, visamos evidenciar velhos e novos desafios, a partir de pesquisas que consultaram crianças, adolescentes e profissionais que convivem cotidianamente nas institui-

ções de acolhimento, assim como jovens que haviam passado por essa experiência. Esperamos que essas recomendações possam contribuir para o aprimoramento do atendimento oferecido, tendo como base os direitos de crianças e adolescentes.

4 – Referências bibliográficas

BERNARDI, Dayse C. F. Levantamento nacional dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de COVID-19. São Paulo: NECA; FICE; MNPCFC, 2020.

CASSARINO-PÉREZ, Luciana. (Coord.). “Minha vida fora dali”: a perspectiva de jovens egressos dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes como contribuição à avaliação do plano nacional de convivência familiar e comunitária. São Paulo: MNPCFC, 2020.

COUTO, Renata M. B. do; VALE, Juliana Maria B. T.; RIZZINI, Irene. Conhecer para Cuidar. Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional como medida protetiva à situação de rua. Fortaleza: OPN; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2020.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata M. B. do; FIGUEIREDO, Mônica Regina de A. Acolhimento Institucional em foco - Perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CIESPI, 2020.

TORQUATO, Manoel; RIZZINI, Irene; COUTO, Renata M. B. do; VALE, Juliana Maria B. T. (Orgs.). Subsídios: orientações metodológicas para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua, abril de 2020.

Notas

1 Mantivemos parte das recomendações em negrito para melhor destacá-las.

2 Os números entre parênteses ao final dos dados e falas apresentados correspondem às pesquisas das quais eles foram extraídos, de acordo com a numeração descrita na introdução.

3 Pobreza e extrema pobreza atingem 61,1 milhões de brasileiros e 2021. “Em dois anos, o número de pobres e extremamente pobres subiu 14,5 milhões e a classe média diminuiu em 4%”. Sintufrj. Disponível em: <https://sintufrj.org.br/2021/04/pobreza-e-extrema-pobreza-atingem-611-milhoes-de-brasileiros-em-2021/text=Pobreza%20e%20extrema%20pobreza%20atingem,61%2C1%20milhoes%20de%20brasileiros%20em%202021>. Acessado em 30 de outubro de 2021.

Para mais informações consulte os editores desta série:

www.ciespi.org.br

Irene Rizzini

Diretora-presidente, CIESPI/ PUC-Rio e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com)

Maria Cristina Bó

Coordenadora executiva do CIESPI/ PUC-Rio.
(mcrisbociespi@gmail.com)

Malcolm Bush

Pesquisador e consultor, CIESPI/ PUC-Rio e pesquisador do Center of Urban Research and Learning at Loyola University of Chicago. (mbushciespi@gmail.com)



em convênio com **PUC**
RIO

